

Plano Diretor Guarujá: Condema pede mais 120 dias para discussão

GUARUJÁ. Sociedade civil quer mais 120 dias para analisar melhor a proposta

Plano Diretor pode ter novo prazo

» O secretário de Meio Ambiente (Semam) de Guarujá, Ricardo de Souza, que também preside o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Condema), após assembleia extraordinária do órgão, promoveu no último dia 9, resolveu tomar pública recomendação à Administração para que prorogue, para mais 120 dias, o prazo para melhor análise da sociedade civil e estudos da nova Lei do Plano Diretor e de Uso e Ocupação do Solo do Município.

A recomendação é uma síntese de todas as solicitações e requerimentos que já

haviam sido feitos durante a revisão do Plano, nas audiências públicas realizadas. São recomendações e prazos que não partiram da Secretaria, afirma o secretário, que teria apenas referendado uma decisão colegiada, dos anseios da sociedade civil organizada que, agora, segue para análise da Secretaria de Planejamento do Município.

O Condema quer que sejam realizadas oficinas nos bairros e comunidades onde se verificam os maiores conflitos socioambientais, conforme detectado nas audiências públicas que geraram muita dis-

cusssão. A Resolução 001/2023 do Condema já foi publicada no Diário Oficial (DO).

Conforme o documento, haverá necessidade de projeções detalhadas e estudos precisos, mas não somente estimativas generalizadas que avaliam a capacidade de suporte do sistema de abastecimento de água e tratamento do esgoto de Guarujá, identificando eventuais deficiências, principalmente de reserva de água, sendo que a cava da pedreira ainda estaria no campo da possibilidade. A Resolução do Condema também pede mais atenção à mobilidade urbana.

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) já havia pedido estudos técnicos que embasassem a fase diagnóstica e prognóstica que resultaram na elaboração das minutas de Lei de Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

O MP-SP pediu a alteração do macrozoneamento; o gabarito de cada bairro, englobando a questão viária (saturação viária e transporte coletivo), sobre abastecimento de água, cobertura da rede de coleta de esgoto e drenagem; vantagens da expansão vertical; fachada ativa; aumento do uso misto e outorga onerosa do direito de construir.

Também quer saber sobre mobilidade urbana; sombreamento das praias e demais estudos realizados; a publicida-



Entre os temores, estão sombreamento das praias do Município

Secretário, após assembleia extraordinária do órgão, promovida no último dia 9, resolveu tornar pública recomendação do Condema

de e acesso dos mencionados estudos técnicos à sociedade; e ainda, caso os estudos não estejam disponíveis ou não tenham sido realizados, informe se haverá suspensão das audiências públicas a serem realizadas.

A Promotoria salientou que o objetivo de existir coerência do diagnóstico com os resultados pretendidos incluindo a sistematização e análise de informações especializadas que contemplem aspectos urba-

nísticos e ambientais e a proposta de revisão apresentada pela Municipalidade não é suficiente para demonstrar os fundamentos técnicos das alterações pretendidas.

O 2º promotor de Justiça de Guarujá, Osmair Chamma Junior, já recebeu uma cópia da resolução e salienta que a questão se refere à esfera administrativa municipal. "O cumprimento dos aspectos formais e procedimentais em relação a revisão do Plano Diretor e LUOS está sendo acompanhado pelo MP-SP".

Sobre algumas dúvidas do MP, alertam serão criadas faixas restritivas, considerando aproximação do aeroporto, faixas de praia, proteção de tombamento e outros.

A questão da mobilidade e acessibilidade urbanas, segundo os técnicos municipais, está sendo readequada baseado em estudos de mais de 10 anos, apontando a necessidade de minimizar gargalos viários.

Com relação ao saneamento básico a preocupação é todo o empreendimento novo seja submetido à aprovação da concessionária - Sabesp, para ver se a rede suporta.

Os técnicos acreditam que verticalização proposta vai criar áreas comuns, novos comércios, postos de trabalho e segurança, além de economia de estrutura urbana e recursos públicos. (Carlos Ratton)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 3